

Emergência e transformação da esfera política – A natureza da *Subpolítica* da política.

JOSÉ VILEMA

Doutor pela Universidade de Évora em Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais, Évora, Portugal.

Email: jovilema@uevora.pt

Resumo: A discussão em torno da política numa Era em transformação remete-nos à análise do modelo industrial de estruturação social que vigorou até o século XX e que agora nos impõe desafios com reflexos culturais, socioeconómicos e sobretudo políticos. O presente artigo analisa o espaço da esfera política e a incorporação da *subpolítica* como novo elemento da política.

Palavras-chave: Política; *Subpolítica*; Individualização e Ulrich Beck.



Emergência e transformação da esfera política – A natureza da *Subpolítica* da política.

José Vilema

INTRODUÇÃO

O funcionamento das Instituições¹ modernas enfrenta, hodiernamente, desafios imprevisíveis e inesperados que alteram objetivamente a estrutura funcional de que a política (clássica) se nutriu durante longos séculos. Em virtude das ameaças globais nos seus variados âmbitos, a política mostra-se inoperante na medida em que os resultados esperados deixaram de ser alcançados. O conceito de *subpolítica* incorpora em si questões manifestamente concretas quando se procura responder, por exemplo, por que é que a política moderna se afastou dos propósitos pela qual foi consignada? Que tipo de alterações a política moderna enfrenta diante dos desafios globais? Objetiva-se, com isso, assinalar a dimensão e a pertinência da *subpolítica* dentro da Sociedade do Risco e como se dinamizam os novos atores que se inseriram na esfera política. Com isso, entende-

1 **Instituição/ões** (com maiúscula) para designar as componentes concretas de uma sociedade. No sentido geral, uma Instituição é uma componente concreta de uma sociedade real em oposição com os elementos analíticos do sistema social concebido como instrumento de análise de toda a sociedade possível (Parsons, 1951). Mais precisamente, uma Instituição consiste num conjunto complexo de valores, de normas e de usos partilhados por um certo número de indivíduos. Como pertence ao mesmo tempo ao vocabulário quotidiano (a instituição familiar), ao da ação política (“é preciso preservar as Instituições”) e finalmente ao da ciência política, o termo “Instituição” conheceu uma fortuna ao mesmo tempo prolífica e caótica em sociologia. Segundo Parsons, podemos definir como Instituição todas as atividades regidas por antecipações estáveis e recíprocas entre os atores que entram em interação. Para R. Boudon e F. Bourricaud (1982) as Instituições são sistemas normativos, para os quais a primeira aprendizagem não pode iniciar em definitivo. Ver: BOUDON, Raymond et al. – **Dicionário de sociologia**. Lisboa: Dom Quixote, 1990, pp. 253-254.

se que a *subpolítica* abre novas zonas de diálogo, permitindo a construção relações institucionais modernas a fim de voltarem a ser justificadas, negociadas e equilibradas.

O conceito de *subpolítica* criado por Ulrich Beck² visa formular a distinção entre *política oficial* (do sistema político) e *subpolítica* (política autónoma). A distinção entre os sistemas, por um lado, *política oficial* e *subpolítica*, por outro, é atravessada por outra entre *política conduzida por regras* e *política que altera regras*. Beck introduz este conceito no intuito de adotar as Instituições da “primeira modernidade”³ à realidade vigente, desta forma, propõe a “reinvenção da política”. A teoria sobre a “segunda modernidade” não pressupõe uma nova periodização, que por si é bastante problemática, que tencione, por exemplo, objetivar que a “primeira modernidade” tenha durado até aos anos setenta e que, desde então, passamos à “segunda modernidade”.

2 Ulrich Beck nasceu em 15 de maio 1944 em Slupsk, Alemanha. Estudou sociologia, filosofia, psicologia e ciências políticas em Freiburg e Munich. Doutorou-se em 1972. Iniciou sua atividade docente em Munster (1979-1981), de onde passou à Universidade de Bamberg (1981-1992) antes de ser catedrático em sociologia (1992), na Universidade Ludwig-Maximilian, em Munich. Beck foi docente da London School of Economics. Editor da revista sociológica *Soziale Welt* (desde 1980). Doutor “honoris causa” pela Universidade de Jyväskylä, Finlândia. O hiperativo, irónico e criativo sociólogo alemão Ulrich Beck insere-se, todavia, no conjunto de pensadores pós-1980 que desejavam encontrar um novo fundamento categorial para as relações políticas e sociais. Beck faleceu prematuramente na cidade alemã de Munique, após ter sofrido um enfarte no primeiro dia 1 de janeiro de 2015.

3 Beck defende a existência de duas modernidades. A “primeira modernidade” está assente nos Estados-nação com relações estritamente entendidas no sentido territorial e decorre durante toda a modernização e industrialização da sociedade. Por exemplo, na “primeira modernidade” a família assumia um papel central no âmbito social, ou seja, a família fazia parte da esfera económica, cultural e laboral, e da estrutura da sociabilização primária. A “segunda modernidade”, também entendida por “Modernidade Reflexiva”, no sentido de que os efeitos provocados pelos avanços tecnológicos, económicos e políticos-sociais retornam à própria sociedade de forma reflexiva originando novos efeitos, prende-se à ideia segundo qual a sociedade precisa de responder a todas as demandas simultaneamente. Nesta “modernidade”, a família apresenta-se distante do conceito anterior e vincula-se a uma sociedade fortemente dominada pela estrutura económica e financeira das políticas neoliberais, a família é impelida à individualização.

Ora, não se pode compreender que tudo que tenha emergido com a “primeira modernidade” se desmoronou e que, como consequência, agora estamos a viver uma época completamente nova, de tal modo que precisamos de conceitos globalmente diferentes para interpretar as novas realidades. A “primeira moderna”, assente nos Estados-nação, é caracterizada em termos jurídico-políticos pelo triunfo da Paz de Vestefália (1648) que pôs fim a Guerra dos Trinta Anos, legitimando a soberania dos Estados modernos. Este sentido de soberania não é, por conseguinte, para os fins práticos do internacionalista, nem conceito metafísico, nem parte da essência do Estado, como bem observa James L. Brierly⁴. Na verdade, o conceito de soberania é uma expressão que denomina um conjunto determinado de exigências muito amplas, normalmente invocadas pelos Estados nas suas relações recíprocas.

O essencial nesta diferença entre a primeira e a segunda modernidade implica a existência de “modernidades”, ou seja,

4 BRIERLY, James Leslie. *Direito Internacional*. 2ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1968, pp. 45-47. Ver sobretudo J. L. Brierly *The Law of Nations* publicado em 1963. Embora não se esteja a analisar a soberania intimamente, é vital afirmar que este conceito para Jean Bodin e mesmo para Thomas Hobbes transforma-se de princípio de ordem interna num princípio de anarquia internacional. Bodin idealiza-a apenas como um conceito jurídico formal, a qualidade de um monarca pessoal a quem a constituição confiara uma autoridade suprema, acima das leis ordinárias do Estado. A querela em torno da doutrina da soberania, desenvolvida precisamente por teorizadores da ciência política a quem não “interessavam” as relações entre Estados, veio a envolver formas que tornaram impossível a sujeição destes ao direito. Mais ainda, tornou-se uma teoria impossível para um mundo com do que um Estado. Brierly defende que os internacionalistas têm procurado muitas formas inteligentes de reconciliar a existência da sua disciplina com o princípio da soberania absoluta dos Estados. Já Carl Schmitt, na sua obra *Teologia Política*. Madrid: Editorial Trotta, 2009, pp. 13-14, define a soberania como sendo o poder supremo e originário de mandar. Schmitt sustenta que na história da soberania o que está em causa não é seguramente o conceito como tal, porém a disputa da sua aplicação concreta, ou seja, sobre quem decide em caso de conflito, quem define o interesse público ou estatal, a segurança e ordem pública, a “saúde” pública, etc. Com isso, diz Schmitt, em caso de exceção o que não se encontra previsto na ordem jurídica vigente, pode ele (o soberano) qualificar como um caso de extrema necessidade, de perigo para a existência do Estado ou de outra forma similar, todavia não delimita com rigor. Assim, a problemática sobre a soberania mantém-se aberta.

pressupõe uma comunidade que agora se deve determinar, entender-se bem, descobrir, perguntar e alcançar transnacionalmente o confronto entre periferia e centro, entre experiências e projetos de modernização asiática, africana, chinesa, sul-americana, etc.⁵

Atualmente, vivemos num sistema híbrido entre regras estabelecidas e a possibilidade de alterá-las. Há épocas em que a política dirigida por regras predomina e outras em que a política que altera regras predomina. A política guiada por regras é também caracterizada como *política simples* ou *oficial* e a que altera regras como *política reflexiva* ou *subpolítica*. Essa variedade de regras garante uma reforma das Instituições políticas no contexto dos desafios que afligem a sociedade moderna. Com isso, torna-se indispensável a ascensão da esfera da *subpolítica* com o objetivo de possibilitar novas adequações de ação para produzir novas oportunidades de forma a converter o sistema político mais equilibrado e justo.

POLÍTICA E SUBPOLÍTICA

A dinâmica da esfera pública está vinculada à participação dos cidadãos no funcionamento das instituições democráticas, seja nos parlamentos, por meio da representatividade, seja a partir de partidos políticos e sindicatos, etc. Diante de um mundo globalizado, o modelo industrial de estruturação social e desenvolvimento econômico, por sua inerente capacidade de produzir efeitos não esperados, propiciou uma série de consequências não desejadas para a sociedade contemporânea. Um dos fatores de relevância presentes no referencial teórico de Beck é a contribuição para a formação de variados espaços de manifestação de práticas da política, ou seja, pretende-se, entretanto, proporcionar a participação dos indivíduos e incorporar novas formas de cidadania.

5 BECK, Ulrich. *Libertad o capitalismo. Conversaciones con Johannes Willms*. Buenos Aires: Paidós, 2000, p. 20.

A esfera pública como lugar para novos diálogos permite com que os cidadãos não se sintam culpados por responsabilidades e consequências pelas quais não tiveram participação direta. Este sentido de culpabilidade e de medo instituído, cada vez mais presente na vida dos cidadãos, difundido e legitimado por intermédio da mídia, constrói uma figura humana associada ao “homo videns”⁶, conforme garante Giovanni Sartori, que se distancia numa velocidade incalculável do *homo sapiens*, produto da cultura escrita, e se converte num *homo videns* dependente da imagem e do *tele-ver*.

A construção do “homo videns” passa pela formação da culpa, uma vez que os detentores da informação pública procuram introduzir a ideia de que os cidadãos são responsáveis dos problemas sociais e os políticos os “possíveis” salvadores dos eventuais infortúnios. Por este motivo, Víctor Lapuente objeta a ideia de que a crise económica, a desigualdade, bem como a degradação ecológica são resultados de decisões individuais.⁷ Assim, abre-se um novo debate em volta da política pelo facto da violação destes direitos provir da (ir)racionalidade científica e tecnológica que vigorou na sociedade industrial, e agora produz os seus efeitos e atrocidades contra o ecossistema planetário em prol da sua difusão.

Como se sabe, política vem de *polis*, a cidade-estado grega, Atenas, expoente da cultura grega, que criou a democracia, a ciência e filosofia. Na sua definição mais tradicional, política nada é senão a ciência ou a arte de governar os povos ou as nações, as cidades, as federações, os Estados e, sobretudo, as pessoas. Todavia, o conceito de *subpolítica*, proposto por Beck, insere uma nova forma

6 SARTORI, Giovanni. *Homo Videns. La sociedad teledirigida*. Buenos Aires: Taurus, 1998, p. 11.

7 LAPUENTE, Víctor. *El retorno de los chamanes. Los charlatanes que amenazan el bien común y los profesionales que pueden salvarnos*. Barcelona: Ediciones Península, 2015, p. 18.

de fazer política, a qual se distingue da *política simples* por permitir que agentes *externos* ao sistema político apareçam no cenário do planejamento social, não somente os agentes sociais e coletivos, como Partidos políticos, sindicatos, etc., mas também indivíduos por meio da “individualização”⁸.

A “individualização”, neste contexto, significa que homens e mulheres são e tornam-se livres a partir dos papéis de gênero prescritos pela sociedade industrial para a vida na família nuclear. Contudo, ao mesmo tempo, isso agrava a situação, eles se veem obrigados, sob pena de desvantagem material, para construir uma vida própria por meio do mercado de trabalho, formação e mobilidade, e se for necessário para prosseguir esta vida em custo de seus compromissos com a família, parentes e amigos.⁹

Este tipo de “individualização” não permanece privada, torna-se político num sentido novo, definido como “os indivíduos individualizados, aqueles que lutam consigo mesmos e com seu mundo, não são mais os “protagonistas” da sociedade industrial simples e clássica, como supunha o funcionalismo”¹⁰.

No que diz respeito a política, nota-se que este conceito não se distancia da “pluralidade” apresentada por Hannah Arendt, embora Beck observe a subjetividade daquilo que é considerado política. Recordamos que Arendt sustenta que “a política se baseia

8 A “individualização” deu origem a uma nova “forma social”, ou seja, engendrou novas maneiras coletivas de viver e são, cada vez mais, compreendidas dentro e fora dos espaços tradicionalmente concebido como a família nuclear. A classe supõe a família nuclear, que presume os papéis dos sexos, a divisão do trabalho entre homens e mulheres, o casamento. Mais sobre o assunto, ver BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. *Individualization*. London: SAGE Publications, 2002.

9 BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. *The Normal Chaos of Love*. United Kingdom: Polity Press, 2004, p. 6.

10 BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *A modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 28.

na pluralidade dos homens. Deus criou o homem, os homens são um produto humano mundano, e produto da natureza humana”¹¹.

A política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças. Enquanto os homens organizam corpos políticos sobre a família, em cujo quadro familiar se entendem, o parentesco significa, em diversos graus, por um lado aquilo que pode ligar os mais diferentes e por outro aquilo pelo qual formas individuais semelhantes podem separar-se de novo umas das outras e umas contra as outras.¹²

Na verdade, Arendt enquadra a “construção” do indivíduo dentro do seio familiar, em função da sua organização, objetando qualquer “individualidade” por parte deste. Porém, sob o ponto de vista prático-político, afirma Arendt, a família adquire sua importância inquestionável porque o mundo assim está organizado, porque nele não há nenhum abrigo para o indivíduo, vale dizer, para os mais diferentes.¹³ As famílias são edificadas como abrigos e castelos sólidos num mundo inóspito e estranho, no qual é preciso ter parentesco. “Esse desejo leva à perversão fundamental da coisa política, porque anula a qualidade básica da pluralidade ou a perde através da introdução do conceito de parentesco”¹⁴.

Ora, em Beck, os indivíduos são construídos através de uma interação discursiva complexa que é muito mais aberta do que supunha o modelo funcionalista de papéis sociais, ao contrário do que Arendt observou. Em contrapartida, as Instituições estão se

11 ARENDT, Hannah. *O que é a política*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 7.

12 Ibidem.

13 Ibidem.

14 Ibidem.

tornando, cada vez mais, irreais em seus programas e fundações, e por isso dependentes dos indivíduos.¹⁵

Todo esse processo deve-se ao facto de que o Estado se tem mostrado pouco presente na resolução de múltiplas questões e, portanto, a começar no momento em que riscos sociais, políticos, económicos e ambientais saem do controlo das Instituições, cuja finalidade é proteger a sociedade, ocorre, por consequência, o retorno do sujeito individual às Instituições da sociedade, ambicionando a resolução dos seus problemas.

Um paradigma duplo está adquirindo vida, e uma parte dele não pode ser representado na outra, isto é, um mundo caótico de conflitos, jogos de poder, instrumentos e arenas que pertencem a duas épocas diferentes. A primeira é aquela do “não ambíguo” e, a segunda é aquela da modernidade “ambivalente”.¹⁶

Por um lado, nota-se que, está se desenvolvendo um vazio político das Instituições; por outro, evidencia-se um renascimento não institucional do político. O sujeito individual retorna às Instituições da sociedade.¹⁷ Contudo, a começar da constituição de uma nova cultura política através da incorporação de diferentes atores e áreas sociais, Beck enfatiza o surgimento não-institucionalizado do político. Observa-se que na “sociedade de risco”¹⁸, a política toma por si uma ação dos agentes sociais

15 BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Op. Cit.*, 1997, p. 28. As usinas nucleares, que podem destruir ou contaminar por todo um milénio, são avaliadas como riscos e “legitimadas” em comparação ao hábito de fumar, que é estatisticamente mais perigoso. Nas Instituições, está começando a haver uma busca pela consciência de classe perdida “lá em cima” e “cá em baixo”, porque os sindicatos, os partidos políticos e outros construíram seus programas, a filiação de seus membros e o seu poder tendo isso como base. A dissolução das famílias pelo pluralismo pós-familiar está sendo despejada nas velhas garrafas conceituais, arrolhada e armazenada.

16 Ibidem.

17 Ibidem.

18 BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós, 1998a.

desenvolvida fora das Instituições tradicionais da política da modernidade.

Nota-se que, está tornando-se cada vez menos possível obter decisões da superestrutura corporativista e político-partidária. Assim, ao contrário do que se observava, as organizações dos partidos, os sindicatos e grupos de interesses similares fazem uso das inúmeras questões livremente disponíveis para exigir juntos os pré-requisitos programáticos para a continuação de sua existência.¹⁹

Interna e externamente, pelo menos assim se constata, o político está perdendo sua polarização e também sua qualidade utópica e criativa.²⁰ Contudo, o certo é que a retórica política, quer nacional quer internacional, protege de forma totalmente paradoxal, uma segurança utópica, quando, no fundo, desponta uma crise económica, uma crise político-institucional, uma catástrofe ecológica, uma ameaça terrorista.

De igual modo, perdeu-se a centralidade da política, ou seja, distanciou-se da velha percepção de que “a política organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade *relativa* e em contrapartida às diferenças *relativas*”²¹. Este diagnóstico se apoia num erro de categoria, ou seja, a “equação entre política e Estado, entre a política e o sistema político; a correção desse erro não priva o diagnóstico de seus elementos verdadeiros, mas apesar disso transforma-o em seu oposto”²². As pessoas esperam encontrar a política nas arenas a ela designadas, e executada pelos agentes devidamente autorizados, nomeadamente, parlamento, partidos políticos, sindicatos etc. “Se os relógios da política param aqui; desse ponto de vista, o político como um todo parou de funcionar. Isso

19 Idem, p. 29.

20 Ibidem.

21 HANNAH, Arendt. *Op. Cit.*, 2002, p. 8.

22 BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Op. Cit.*, 1997, p. 29.

desconsidera duas coisas”²³. Em primeiro lugar, Beck sustenta que a imobilidade do aparato governamental e de seus órgãos subsidiários têm a capacidade de acompanhar a mobilidade dos agentes em todos os níveis possíveis da sociedade, ou seja, o fracasso da política com a ativação da *subpolítica*.²⁴

Qualquer um que observe a política de cima e espere resultados está precisamente negligenciando a auto-organização do político, que, pelo menos potencialmente, pode movimentar “subpoliticamente” muitos ou até todos os campos da sociedade.²⁵ Em segundo lugar, o monopólio político das instituições e dos agentes políticos, dos quais os últimos dominavam a constelação política da *sociedade industrial* clássica, está incorporado em opiniões e julgamentos.²⁶

Este monopólio político continua a ignorar o facto de que o sistema político e a constelação historicamente política podem ter entre si a mesma relação existente entre as realidades de duas épocas distintas. Ora, a ordem judicial não estimula mais a paz social, pois sanciona e legitima as desvantagens juntamente com as ameaças e assim por diante.²⁷ Este é, no fundo, o grande paradigma da sociedade vigente. Dito de outro modo, o político invade e irrompe além das responsabilidades e hierarquias formais.²⁸ Não obstante, isso é mal compreendido, peculiarmente por aqueles que claramente

23 Ibidem.

24 Ibidem.

25 Ibidem.

26 Ibidem.

27 Ibidem. Por exemplo, o aumento do bem-estar social e o aumento dos riscos condicionam mutuamente um ao outro. Na medida em que isso se torna (publicamente) consciente, os defensores da segurança não estão mais no mesmo barco que os planejadores e produtores de riqueza económica. A coalizão da tecnologia e da economia fica abalada, porque a tecnologia pode aumentar a produtividade, mas ao mesmo tempo coloca em risco a legitimidade.

28 Idem, p. 30.

igualam a política com o Estado, com o sistema político, com as responsabilidades formais e com as carreiras políticas de tempo integral.²⁹

A constelação política proveniente da *sociedade industrial* está se tornando não política, ou seja, o que outrora não era político no industrialismo está se tornando político. Esta é precisamente uma transformação de categoria do político que se desenvolve sem que haja mudanças de Instituições e com elites de poder intactas que não foram substituídas por novas.³⁰

Assim, procuramos o político no lugar errado, nas tribunas erradas e nas páginas erradas dos jornais. Aquelas áreas de tomada de decisão que têm sido protegidas pelo político no capitalismo industrial, o sector privado, os negócios, a ciência, as cidades, a vida quotidiana etc., são aprisionadas nas tempestades dos conflitos políticos da modernidade reflexiva.³¹

É necessário salientar que a política determina a política, estendendo-a e lhe concedendo poder. São, portanto, essas possibilidades de uma *política da política*, de acordo com Beck, é, entretanto, uma *(re)invenção* do político após a comprovação de sua morte, que devemos ampliar e esclarecer.³²

Na década de 1980, constatou-se um fenómeno social com características assombrosas e surpreendentes, e quiçá o com menor compreensão: o renascimento de uma subjetividade política, dentro e fora das Instituições.³³

29 Ibidem. Um “conceito expressionista de política”, ambivalente e de muitos níveis (Jürgen Habermas), que nos permite posicionar a forma social e a política como mutuamente variáveis, está sendo introduzido aqui por uma razão muito simples.

30 Ibidem.

31 Ibidem.

32 Ibidem.

33 Ibidem.

A *subpolítica* conseguiu uma vitória temática absolutamente improvável e inesperada. A insatisfação para com o sistema político tradicional cresce e é visível a perda de capacidade de decisão. Todavia, pretende-se levar em linha de conta uma *nova cultura política*, com fundamento na atividade dos cidadãos.

Há grupos de cidadãos, contrários a toda a *intelligentsia* da ciência social, que partiram do zero, sem nenhuma organização, em um sistema de conformidade vigiada, e apesar de tudo, sem máquinas copiadoras ou telefones, conseguiram obrigar o grupo governante a recuar e ceder, apenas se reunindo numa praça. Esta rebelião dos indivíduos da vida real contra um “sistema” que supostamente os dominava por completo em sua existência quotidiana é inexplicável e inconcebível nas categorias e teorias prevalecentes. Mas não é apenas a economia planejada que está falindo.³⁴

Por esta razão, a teoria dos sistemas, que anteriormente concebia a sociedade como independente do sujeito, também tem encontrado a sua contestação. Ora, numa sociedade sem consenso, carente de um cerne legitimador, é visivelmente que até mesmo uma ínfima rajada de vento, causada pelo grito por liberdade, venha a derrubar toda a arquitetura do poder.³⁵

Nota-se que, a cultura individualizada diariamente do Ocidente é unicamente uma cultura de acúmulo de conhecimento e autoconfiança, como: educação mais aprimorada e em maior escala, assim como empregos e melhores oportunidades para angariar receitas, em que as pessoas não mais apenas obedecem.³⁶

Os indivíduos ainda se comunicam e agem em conformidade com as velhas fórmulas e Instituições, todavia também se distanciam

34 Idem, p. 31.

35 Ibidem.

36 Ibidem.

delas, pois, junto com pelo menos parte de sua existência, sua identidade, seu compromisso e sua coragem.³⁷

Sua retirada, no entanto, não é apenas uma retirada, mas ao mesmo tempo uma emigração para novos locais de atividade e identidade. Estes parecem tão obscuros e inconsistentes, especialmente porque esta imigração interna frequentemente ocorre de maneira pouco convicta, com um dos pés, digamos assim, enquanto o outro está ainda apoiado na velha ordem.³⁸

Neste contexto, evidenciamos aquilo que Bauman entende por “fim da clareza”, ou seja, as formas de envolvimento político, protesto e retirada mesclam-se numa ambivalência que afronta as velhas categorias de clareza política. Bauman sustenta que o “medo é reconhecidamente o mais sinistro dos demónios que se aninha nas sociedades abertas de nossa época. Mas é a insegurança do presente e a incerteza do futuro que produzem e alimentam o medo mais apavorante e menos tolerável”³⁹.

Essa insegurança e essa incerteza nascem de um sentimento de impotência. Parecemos não estar mais em controlo, seja individual, separados ou coletivamente, e, escasseiam-nos as ferramentas que, efetivamente, nos possibilitariam buscar a política a um nível em que o poder já se instituiu, capacitando-nos assim a recuperar e reaver o controlo sobre as forças que dão forma à condição que compartilhamos.⁴⁰

De igual modo, “o demónio do medo não será exorcizado até encontrarmos (ou, mais precisamente, construirmos) tais

37 Ibidem.

38 Ibidem. As pessoas deixam o “ninho” do seu “lar político” passo a passo e questão por questão. Mas isso significa que ora as pessoas estão do lado da revolução, ora estão apoiando a reação; ora estão se afastando, ora estão se envolvendo. Isso não se ajusta mais no planeamento de uma ordem sobre a qual os especialistas em pesquisa do mapa político podem basear sua análise.

39 BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007, p. 32.

40 Ibidem.

ferramentas”⁴¹ que possam assegurar o controlo que agora escapou ou foi arrancado de nossas mãos.

A democracia e a liberdade não podem mais estar plena e verdadeiramente seguras num único país, ou mesmo num grupo de países; sua defesa num mundo saturado de injustiça e habitado por bilhões de pessoas a quem se negou a dignidade humana vai corromper inevitavelmente os próprios valores *que os indivíduos deveriam defender*. O futuro da democracia e da liberdade só pode se tornar seguro numa escala planetária – ou talvez nem assim.⁴²

Observa-se que a individualização dos conflitos e dos interesses políticos não significa a não colaboração, “democracia da pesquisa de opinião” e esgotamento da política. Contudo surge um envolvimento múltiplo contraditório, que mistura e combina os polos clássicos da política de forma que, se eventualmente pensarmos nas coisas em relação à “sua conclusão lógica, todo mundo pensa e age como um libertista ou um esquerdista, de maneira radical ou conservadora, democrática ou não democraticamente, ecológica e antiecológicamente, política e não politicamente, tudo ao mesmo tempo”⁴³.

REVISITAR O CONCEITO DE *SUBPOLÍTICA*. ESPAÇO-AÇÃO PARA NOVOS DIÁLOGOS

A proposta apresentada por Beck dentro da dimensão política assenta na ação desenvolvida por vários agentes sociais. Assim, o conceito de *subpolítica* ajusta-se à ideia de reinvenção do político e consigna-se por dar lugar à intervenção ao nível político e análogo ao político.

41 Ibidem.

42 Ibidem.

43 BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *A modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 33.

A ciência política ampliou e elaborou seu conceito de *política* em três aspectos considerados fundamentais. Em primeira análise, investiga a constituição institucional da comunidade política em que a sociedade se organiza (*polity*).⁴⁴ Já num segundo plano, a substância dos programas políticos para determinar as circunstâncias sociais (*policy*), e, por último, o processo de conflito político com relação à separação de poder e às posições de poder (*politics*).⁴⁵ Aqui não é o indivíduo que é considerado conveniente à política; as questões é que são conduzidas aos agentes corporativos, ou seja, coletivos.⁴⁶

Beck estabelece a diferença do conceito de *subpolítica* (*sub-politics*). Em primeiro lugar, distingue-se da “política” pois permite que os agentes *externos* ao sistema político ou corporativo surjam no cenário do planejamento social⁴⁷ e, em segundo lugar, “porque não somente os agentes sociais e coletivos, mas também os indivíduos, competem com este último e um com o outro pelo poder, de conformação emergente do político”⁴⁸. Contudo, é necessário observar que o prefixo *sub*, neste contexto, não tem a pretensão de advertir que esta forma de política é de menor importância que a política formal, mas que é menos institucionalizada.

É precisamente na *subpolítica* que se observa um espaço para uma ação política (não formal) efetiva. Desse modo, surgem novas propostas de alterações institucionais e individuais, sendo estas fruto

44 Idem, p. 34.

45 As palavras *polity*, *policy* e *politics* têm a mesma tradução em português – “política”. Em inglês, elas têm diferenças sutis. Segundo o Dicionário Oxford, *polity* é (1) a forma ou o processo de governo; (2) a sociedade como um Estado organizado. *Policy* é definido - como uma declaração escrita dos termos de um contrato de seguro. E *politics* como visões e crenças políticas. Para manter a diferença estabelecida pelo autor, optamos por incluir as palavras *polity*, *policy*, *sub-polity* e *sub-policy* no original.

46 Idem, p. 34.

47 (este grupo inclui os grupos profissionais e ocupacionais, a *intelligentsia* técnica nas fábricas, as instituições e o gerenciamento de pesquisa, trabalhadores especializados, iniciativas dos cidadãos, a esfera pública e assim por diante).

48 Ibidem.

de uma nova forma política, e constitui-se, simultaneamente, espaço (por se tratar de uma arena pública não formal na qual instituições, grupos e cidadãos fazem uma política “diferente”) e ação (por designar igualmente a forma como esta política “diferente” é levada a efeito neste mesmo espaço) no qual interrogações globais são articuladas com dilemas locais com a finalidade de rever práticas e princípios do Estado, do mercado e da própria sociedade civil.

Efetivamente, de acordo com Beck, *subpolítica* (*sub-politics*), então, “significa moldar a sociedade *de baixo para cima*. Visto de cima, isto resulta na perda do poder de implementação, no encolhimento e na minimização da política”⁴⁹. Se a *subpolítica* admite “moldar a sociedade de baixo para cima”, uma vez que é desimpedida e ampla o suficiente para que cidadãos e os mais diversos “agentes externos aos sistema político ou corporativo” nela se envolvem entre si (e com problemas por nós mesmos gerados), e combatem pelo atendimento tanto de interesses específicos quanto anseios coletivos (não atendidos pelo Estado, desrespeitados pelo mercado ou ignorados pela sociedade civil), é, portanto, através de ações coordenadas neste sentido (“de baixo para cima”) que processos transformacionais podem acontecer nos Estados-Nação.

Beck aponta para o surgimento, então, de uma “paralisia relativa” geral (e ela prossegue sem dizer que os grupos de cidadãos também foram afetados), que é o outro lado da ativação *subpolítica*.⁵⁰ Segundo Beck o indivíduo está precisamente aprisionado ao

⁴⁹ Idem, pp. 35-36. No despertar da *subpolitização* há oportunidades crescentes de se ter uma voz e uma participação no arranjo da sociedade para grupos que até então não estavam envolvidos na tecnificação essencial e no processo de industrialização: os cidadãos, a esfera pública, os movimentos sociais, os grupos especializados, os trabalhadores no local de trabalho; há até mesmo oportunidades para os indivíduos corajosos “moverem montanhas” nos centros estratégicos de desenvolvimento. Por isso, a politização implica um decréscimo da abordagem da regra central; significa que os processos que anteriormente sempre se desenvolveram sem atrito malograram, resistindo a objetivos contraditórios.

⁵⁰ Idem, p. 36.

surgimento, ou melhor, ao ressurgimento de novos sujeitos políticos, que, de alguma forma, articulam a partir de suas preocupações. De igual modo, as ações destes novos sujeitos constituem o que Beck designa por *subpolítica* ou política fora dos paradigmas já que realizam, por assim dizer, fora das regras do jogo, que são características da *sociedade industrial*.

Na verdade, o próprio malogro do processo de implementação da industrialização, que habitualmente era tão bem lubrificado pelo consenso, que agora produz perdedores em todos os níveis, pode, portanto, retardar o processo e pode ser um precursor de uma autolimitação e um autocontrolo anárquicos e desregulados.⁵¹

Na visão de Guivant, Beck aprofunda as conexões entre sua teoria e as possíveis consequências que ela transporta para a ação política.⁵² Por conseguinte, novas configurações políticas abriram espaços para, entretanto, perceber os contornos da modernidade. Todo o léxico político e social (a simbiose ocidental de capitalismo, democracia e governo das leis) tornou-se obsoleto e, portanto, Beck alça a necessidade de uma *reinvenção* da política que não introduziria à força revoluções, crises, desintegrações ou conspirações, mas uma renegociação, um redesenho, uma autotransformação da *sociedade industrial*.⁵³

Nota-se que transformações complexas estão a ocorrer no plano da *individualização* conjuntamente com os processos de globalização. Entretanto, essa *individualização* não seria equivalente a atomização,

51 Ibidem.

52 GUIVANT, Julia S. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. **Estudos sociedade e agricultura** [Em linha]. N° 16 (2001), pp. 95-112. [Consult. 10 Maio 2013]. Disponível em: <URL: <http://www.civil.ist.utl.pt/~joana/DFA-riscos-net/sociedade%20risco.pdf>>.

53 Ibidem. O mundo das instituições políticas (parlamentos, partidos políticos, sindicatos etc.) simbolicamente rico, no qual se identifica política com Estado, sistema político com carreiras políticas *full-time*, estaria coexistindo com o mundo das práticas políticas quotidianas, caracterizado por uma individualização dos conflitos e interesses.

isolamento ou abandono, porém a processos em que os indivíduos devem criar as suas biografias (à semelhança de Giddens sobre a reflexividade).⁵⁴

Na verdade, “a esse tipo de individualização corresponde um tipo de política que ainda coexiste com a anterior, mas esta superposição não implica necessariamente diálogo entre as duas formas de fazer política”⁵⁵. Se efetivamente quando a *subpolítica* se torna reflexiva e permite uma “política da política”, no sentido da modificação das próprias regras do jogo, ela, *de per se*, também se mostra extremamente útil para uma atuação da cidadania no sentido de cooperar para as reformas iminentes nas regras e no próprio jogo político formal nos Estados-nação.

Esta visão deve ganhar especificidade, defendendo-se de, pelo menos, três objeções. Primeiro, “qualquer pessoa que derrube os limites entre a política e a não-política se priva das bases do seu argumento. Onde tudo é um pouco político, então, de algum modo, nada mais é político”⁵⁶. A perspectiva, por exemplo, apresentada por Klaus von Beyme sustenta que “o conhecimento de que tudo é política, confunde-nos se não for suplementado com a percepção de que tudo é, também, economia ou cultura”⁵⁷.

Beck levanta determinadas questões no sentido de evidenciar que a *subpolítica* não termina exatamente onde a política começa, isto é, onde a “coisa real”, “a questão fundamental do poder, está em jogo, em sectores como a força militar, a política externa, o crescimento

54 Idem, p. 7.

55 Idem, pp. 7-8.

56 BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Op. Cit.*, 1997, p. 47. Não é, de certo modo, a necessidade de paralisia política que está sendo falseada em virtude da mobilidade e da emocionalidade *subpolítica*, conforme o lema de que, se nada mais funciona, então, de algum modo tudo funciona?

57 BEYME, Klaus Von apud BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Op. Cit.*, 1997, p. 48.

económico e o desemprego? Neste caso, a ênfase na *subpolítica* não é apenas outra manifestação da obediência crescente?”⁵⁸

Por último, faz menção que a *subpolítica* não teria como alcance e duração aquilo que certamente sustenta a política, as leis e o dinheiro? “Não devemos, então, modificar totalmente o argumento: será que o desenvolvimento da *subpolítica* não supõe a reativação do centro e do sistema políticos?”⁵⁹ E tentador suspeitar que a formulação “reinvenção da política” seja somente algo que se deseja. Beck procura, no fundo, deter e refutar essas objeções por meio de uma acentuação e diferenciação tipológicas do político e da politização.⁶⁰

A POLÍTICA DA POLÍTICA E SEUS ANTAGONISMOS

O espaço para a política encontra-se cada vez mais freado, destituído de Instituições, grandes e pequenas, em todas as suas esferas, mesmo naquelas como a tecnologia, indústria e negócios. A teoria política não permaneceu estagnada e enclausurada. A década proporcionou motivos suficientes de incertezas em relação a conclusões afirmadas e firmadas de novos problemas. Com efeito, o debate doutrinal concedeu-se tanto a escala dos agentes políticos, a partir dos criadores de programas partidários de ação imediata, como no contexto da filosofia política e do domínio da politologia que estuda as convicções, correntes intelectuais e movimentos de opinião “ideológica”.

A paradoxalidade entre Ocidente-Oriente foi uma consolidação gigantesca do político. O antagonismo fixou papéis em todos os domínios da sociedade. Quer em pequena escala, do quotidiano, quer no grande palco geopolítico, normalidade e desvio, “liderança”,

58 BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Op. Cit.*, 1997, p. 48.

59 Ibidem.

60 Ibidem.

“parceria” e neutralidade foram estabelecidas e determinaram todo o caminho rumo aos detalhes da produção industrial, política municipal, política familiar, política da tecnologia, política de ajuda externa etc.⁶¹

Beck entende que foi a ordem do Grande Antagonismo, em sua extensão eterna, que trouxe à superfície e reproduziu três coisas: “tensão, possibilidades claras de se orientar e uma ordem política mundial que poderia proporcionar a si mesma a aparência de ser não-política”⁶². Na verdade, a política posicionava-se e continuava mantendo o seu cariz vestefaliano, no agir e no responder às solicitações de diversas naturezas. A política está se tornando trivial. Tudo, no fundo, era manejo de cena. Assim, as coisas que de qualquer forma teriam acontecido e a maneira de apresentá-las seguiam a lei da proporcionalidade inversa, isto é, quanto menores o escopo da ação e as diferenças entre os partidos, mais confusão.⁶³

Embora se vislumbrasse o colapso do antagonismo entre Oriente e Ocidente, sucedeu, portanto, uma situação paradoxal. A política ainda se desenvolve nas mesmas “velhas jaulas, mas o leão está livre”⁶⁴. A distinção entre *política oficial, rotulada* (do sistema político), e *subpolítica* (no sentido da política subsistêmica autónoma). Esta restituição do político, além do conflito Oriente-Ocidente e além das antigas certezas do período industrial, impõe e justifica mais uma

61 Ibidem.

62 Ibidem.

63 Idem, p. 49.

64 Ibidem. Se fosse possível a comparação entre o caráter irrestrito do político e uma criatura do reino animal, poder-se-ia mencionar um leão sentado no zoológico, bocejando. O tratador cuidaria dele, protegeria a jaula e jogaria para o leão alguns pedaços de carne sangrando para amedrontar e divertir os visitantes do zoológico que olhavam de todos os lados. Muitas cabeças inteligentes chamariam esta alimentação telegénica do leão, este circo político, de “política simbólica”. O treinamento era geral e onipresente. As pessoas fingem estar no zoológico - sem o leão. Elas tratam os leões que correm soltos como leões do zoológico, e consideram isso sensibilidade narcisista, caso estes últimos não procurem obedientemente jaulas pacíficas para lá se trancarem.

distinção, que atravessa os elementos citados, ou seja, a distinção entre a *política dirigida por regras* e a *política que altera as regras*.⁶⁵

O primeiro tipo pode seguramente ser criativo e não-conformista, mas se efetiva dentro do sistema de regras da sociedade industrial e do *welfare state* no Estado-nação (ou, em outros termos, a *modernidade simples*).⁶⁶

A *política que altera as regras*, por sua vez, almeja uma “política da política”, no sentido da modificação das próprias regras do jogo. Por conseguinte, existem “duas coisas relacionadas a este tipo de meta ou *superpolítica*: primeiro, a mudança do sistema de regras e, segundo, a questão de saber para qual sistema de regras se deve mudar”⁶⁷.

A *política dirigida por regras* e aquela que *altera as regras* se sobrepõem, se mesclam e interferem uma na outra. Assim, existem períodos em que um lado domina e, mais uma vez, períodos em que o outro domina.⁶⁸ A distinção entre a *política oficial* e a *subpolítica*, que é orientada para a estrutura sistémica da sociedade, deve ser contrastada com a distinção entre política simples (dirigida por regras) e reflexiva (que altera as regras).⁶⁹ Esta última, por assim dizer, avalia a si mesma pela profundidade, pela qualidade do político. A expressão “política da política”, ou “invenção do político”, que se reclama como tal, não necessita, de modo algum, de um significado normativo.⁷⁰

65 Ibidem.

66 Ibidem.

67 Ibidem.

68 Idem, p. 50. Enquanto a Europa está experimentando uma regressão de volta às variantes da modernidade simples, rígidas e sangrentas do jogo Estado-nação, algumas forças na América estão tentando estabelecer, para o novo continente, a invenção do político, experimentando - e sofrendo - a política da política.

69 Ibidem.

70 Ibidem.

Se eventualmente concebermos isto em seu grau máximo, a “sociedade” ou grupos da sociedade estão iniciando essa missão. A distinção entre *política oficial* e *reflexiva* pode ser ajustada tanto à política quanto à *subpolítica*, assim como às condições para a sua politização.⁷¹

O político, na medida em que se comporta ou pode ser mantido pacificamente, tem lugar dentro do conceito de democracia do Estado-nação apenas como uma luta, orientada por regras, entre partidos sobre as fontes de alimentação e as alavancas do poder, tendo como objetivo o crescimento económico, amplo emprego, seguridade social e mudança de governos, no sentido de mudança de pessoas ou de partidos. Isso é democracia e é assim que ela ocorre e se manifesta.⁷²

As pessoas lutam para conservar e proteger as regras do jogo democrático, e económico nos Estados-nação. Porém, este modelo de política é dúbio por várias razões, não somente por uma inflação redobrada das exigências. Assim, espera-se que a política governamental esteja incumbida de tudo, e também que todos que dela participem estejam desejando maximizar sua influência pessoal.⁷³

Mesmo que ninguém possa dizer honestamente que acredita numa transformação de uma economia nacional de autodestruição numa civilização mundial global e democrática, ainda assim será possível chegar a um consenso de que as atuais Instituições obsoletas serão incapazes de atingir estes objetivos sob quaisquer circunstâncias.⁷⁴

71 Ibidem.

72 Idem, pp. 50-51. Mas política, no sentido de uma reconstrução do sistema governamental, uma transformação do governo, uma autodissolução tanto ascendente quanto descendente do governo; por um lado, pela delegação da autoridade de tomada de decisão para grupos, e por outro, para agências globais, nunca! Em outras palavras, a política na estrutura do Estado-nação e no sistema de regras não é o ponto de partida para um novo território do político, do geopolítico ou da sociedade de risco global.

73 Idem, p. 51.

74 Idem, pp. 51-52.

Se porventura não quisermos mais fechar os olhos para isso, devemos abandonar a estrutura da política do *status quo* em nossos próprios objetivos, crescimento económico, amplo emprego e seguridade social, ou pelo menos abri-los, expandi-los, repensá-los e recompô-los. É isso exatamente que a invenção dos objetivos políticos deseja fazer.⁷⁵

E neste sentido, tem razão Hannah Arendt quando manifesta o propósito de que, na verdade, “ainda que as verdades politicamente mais importantes sejam verdades de facto, o conflito entre a verdade e a política foi descoberto e articulado pela primeira vez relativamente à verdade racional”⁷⁶. Conclusivamente, “inventar” o político traduz-se por uma política criativa e autocriativa que não cultiva nem renova velhas hostilidades, que delas não extrai, nem intensifica, portanto, os meios do seu poder, em vez disso, projeta e cria novos conteúdos, formas e coalizões.⁷⁷

A invenção da política requer um realismo maquiavélico, mas não se esgota nisso. Opostamente, exercita-se e luta por espaços, formas e fóruns de formatação de estilo e de estrutura, dentro e fora do sistema político.

ALÉM DO ESPECTRO POLÍTICO

A compreensão e classificação de “espectros” políticos foram adotados a partir de várias maneiras e com uma série de objetivos. Do ponto de vista da ciência política, por exemplo, a classificação pode ser tida como uma forma elementar de construção de teoria que

75 Idem, p. 52.

76 HANNAH, Arendt. *Verdade e política*. The New Yorker, 1967, p. 6.

77 Ibidem. O que isso significa é um renascimento do político que “se institui”, para emprestar uma imagem de Fichte. Ou seja, ela desenvolve sua atividade a partir da própria atividade, impulsionando-se por esforço próprio para fora do pântano da rotina. Isto não tem o mesmo sentido da “política das convicções” (Max Weber) ou de uma política apenas de fachada.

envolve o tipo de generalização exigido para atribuir fenômenos a determinadas classes.

Afirmar que toda a sociedade é revestida de um sistema político não significa declarar que toda sociedade tenha um “Estado”, no sentido de preencher um aparelho político bem distinto e separado.⁷⁸ Antes de nos atermos à perspectiva de Beck, primeiramente, observaremos a díade *esquerda* e *direita* a partir das sustentações de Norberto Bobbio e Anthony Giddens. Assim, analisaremos se, eventualmente, estes espectros políticos ainda têm lugar no quadro do paradigma político atual.

Os espectros políticos, *direita* e *esquerda*, na verdade, são termos antitéticos que aproximadamente há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para indicar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, excessivamente conflitual, do pensamento e das ações políticas.⁷⁹

Não obstante, existem díades em que os dois termos são antitéticos, outras em que são precisamente complementares. As primeiras surgem da interpretação de um universo concebido como composto de entes divergentes, que se opõem uns aos outros; a segunda da interpretação de um universo harmonioso, projetado como composto de entes convergentes, que tendem a se encontrar e a formarem, juntos, uma unidade superior.⁸⁰

Bobbio refuta a ideia de que as ideologias terão perdido a sua razão de ser bem como o desaparecimento da distinção. Para ele, a

78 BOTTOMORE, Tom. *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 65.

79 BOBBIO, Norberto. *Direito e esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1995, p. 31. Enquanto termos antitéticos, eles são, com respeito ao universal a qual se referem, reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos. São excludentes no sentido de que nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita ou de esquerda. São exaustivos no sentido de que, ao menos a aceção mais forte da dupla, uma doutrina ou um movimento podem ser apenas ou de direita ou de esquerda.

80 Idem, p. 32.

“árvore das ideologias está sempre verde”⁸¹, ou seja, não existe nada mais ideológico do que a afirmação de que as ideologias estão em crise.⁸²

A redução de *esquerda* e *direita* a pura expressão de pensamento ideológico seria uma indevida simplificação, conforme sustenta Bobbio. Contudo, *esquerda* e *direita* indicam “programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contraste não só de ideias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade”⁸³.

Esta distinção é mais evidenciada no universo político cada vez mais complexo como o das sociedades, e, peculiarmente, das sociedades democráticas, torna-se sempre mais impróprio a separação muito nítida entre duas únicas partes contrapostas, sempre mais insuficiente a visão dicotômica da política.⁸⁴

A oposição vai ao ponto certo, contudo não é decisiva. A distinção entre *direita* e *esquerda* não põe de parte de modo algum a configuração de uma linha contínua sobre a qual entre *esquerda* inicial e a *direita* final, “se colocam posições intermediárias que ocupam o espaço central entre os dois extremos, normalmente designado, e bastante conhecido, com o nome de «centro»”⁸⁵.

Assim, se eventualmente quisermos usar uma linguagem da lógica, poder-se-ia, entretanto, dizer que, enquanto a visão dialética da política, segundo a qual o espaço político é projetado como dividido em duas partes únicas, uma das quais precisamente

81 Idem, p. 33.

82 Ibidem.

83 Ibidem.

84 Idem, p. 35.

85 Ibidem.

exclui a outra e nada entre elas se interpõe, pode naturalmente ser denominado de “Terceiro Excluído”⁸⁶.

Essa visão triádica, que abrange entre *direita* e *esquerda* um espaço relativamente intermediário, que não é nem de direita nem tão pouco de esquerda, mas está intervalada uma e outra, pode ser designada de “Terceiro Incluído”⁸⁷.

No primeiro caso, os dois termos, que mantêm entre si uma relação de “ou-ou”, dizem-se contraditórios; no segundo caso, em que existe um espaço intermediário simbolizado pela fórmula “nem-nem”, dizem-se contrários. Nada de estranho: entre o branco e o preto pode existir o cinza; entre o dia e a noite há o crepúsculo. Mas o cinza não elimina a diferença entre branco e o preto, nem o crepúsculo elimina a diferença entre a noite e o dia.⁸⁸

Na verdade, o facto de que, em diversos sistemas democráticos com elevado pluralismo, o Terceiro Incluído tender a se tornar tão excedido ao limite que passa a ocupar a parte mais extensa do sistema político, empurrando a direita e a esquerda para as margens, não exclui nada da antítese originária.⁸⁹ Ademais, “o próprio centro, ao se definir nem como direita nem como esquerda e não podendo se definir de outro modo, pressupõe a antítese e extrai da existência dela a sua própria razão de existir”⁹⁰.

86 Ibidem.

87 Idem, p. 36.

88 Ibidem.

89 Ibidem.

90 Idem, pp. 36-37. A individuação deste espaço intermediário torna possível uma compreensão mais articulada do sistema, já que permite distinguir um centro mais vizinho da esquerda, ou centro-esquerda, e um centro mais vizinho da direita, ou centro-direita, e do mesmo modo, no âmbito da esquerda extrema que ao centro se contrapõe, e igualmente, no âmbito da direita, uma direita atraída pelo centro e uma direita que dele se afasta a ponto de se contrapor em igual medida tanto ao centro quanto à esquerda. Deve-se também ter em conta que, não obstante as possíveis divisões dentro do espaço do centro, restará sempre um centro indiviso, que poderia ser chamado de centro-centro; a tríade torna-se na realidade uma pentíade.

Giddens defende que a perspectiva proposta por Bobbio necessita de algum “aprimoramento”, e, por conseguinte, revê-se mais próximo da *esquerda*. Giddens apresenta uma perspectiva mais sociológica. Para ele a *esquerda* trata de descobrir não somente igualdade, mas também acredita que o governo deve desempenhar um papel-chave na promoção desse objetivo. Giddens observa que um Estado forte era apreciado pelos conservadores porque, no fundo, protegia a hierarquia, e não porque criasse condições sob as quais todas as formas de trabalho fossem, assim, consideradas de igual valor.⁹¹

Os neoconservadores aceitam a influência difusa que o capitalismo e a democracia liberal passaram a ter na vida dos indivíduos atualmente, no entanto, “veem a ordem burguesa como destruidora dos símbolos e práticas tradicionais dos quais depende uma existência social significativa”⁹². A “tarefa do conservadorismo é preservar as Instituições fora das esferas da política e da economia (tais como família ou a igreja) nas quais o significado moral ainda pode ser acessível”⁹³.

Oakeshott insiste que o conservador em política o é porque tem certas crenças religiosas, uma crença, como por exemplo, na lei natural obtida da experiência humana, e “numa ordem providencial que é o reflexo de um objetivo divino na natureza e na história da humanidade, ao qual esta deve adaptar a sua conduta e cujo afastamento significa injustiça e calamidade”⁹⁴.

Para o sociólogo inglês, Giddens, é necessário inferir que “ser de esquerda é acreditar numa política de emancipação. A igualdade

91 GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*. São Paulo: Editora Unesp, 1996, p. 50.

92 Idem, p. 40.

93 Idem, p. 41.

94 OAKESHOTT, Michael Joseph. *Ser conservador*. Lisboa: Editora: Gabinete de Estudos Gonçalo Begonha, 2012, p. 17.

é importante sobretudo por ser relevante para a oportunidade de vida, o bem-estar e a autoestima das pessoas”⁹⁵. Apesar do “aprimoramento” sustentado por Giddens, é, entretanto, notório que há concordância na base da questão sobre díade esquerda/direita. Quer Giddens quer Bobbio, um mais liberal-socialista e o outro mais estigmatizado de “autor” da Terceira Via, deram, de alguma forma, contribuições fundamentais para expansão dessa tão profunda querela.

O debate sobre a diferença entre a *esquerda* e a *direita*, na visão de Giddens, trata da direita neoliberal que passou a defender o domínio dos mercados, enquanto a esquerda apoia maior previdência e provisão públicas. Por outras palavras, Giddens procura distinguir as duas partes do campo político de forma semelhante a perspectiva de Bobbio. Assim, para o primeiro, “no todo, a direita aceita melhor a existência de desigualdades do que a esquerda, e está mais propensa a apoiar os poderosos do que os desprovidos de poder. Esse contraste é real e continua sendo importante”⁹⁶.

Nota-se que, nenhum conservador, atualmente, defende a desigualdade e a hierarquia à maneira do Velho Conservadorismo. De igual modo, os neoliberais aceitam a importância da desigualdade e, de alguma forma, a observam como um princípio motivador da eficiência económica.⁹⁷

A metáfora espacial sempre se aplica em toda parte, e sua extensão ao político está historicamente estabelecida, moldando a (sobrecarregada) complexidade em um modo bipolar, o que a torna suscetível à ação, qualidade cujo valor aumenta precisamente com a desintegração da ordem mundial.⁹⁸

95 GIDDENS, Anthony. *Op. Cit.*, 1996, p. 51.

96 Idem, p. 284.

97 Idem, pp. 284-285.

98 BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Op. Cit.*, 1997, p. 56.

É precisamente a partir desta perspectiva que Beck sustenta que, certamente, a ciência empírico-política confirma a importância e o significado do padrão *esquerda-direita* na percepção popular. As coisas podem estar ocorrendo da mesma maneira, tanto para os pesquisadores quanto para os cientistas sociais, os pesquisadores, eles não têm alternativa. Entretanto, “em seu desamparo, ajudam-se mutuamente a permanecer com as muletas conceituais do passado, ainda que percebam claramente a fragilidade dessas muletas antiquadas”⁹⁹.

Para Beck a metáfora política esquerda-direita, que desabrochou com a sociedade burguesa, é provavelmente inconquistável, a menos que “destronada” por alternativas. Ora, analisa as coordenadas da política e do conflito cuidadosa e hipoteticamente localizadas e, procura abordar conceitualmente em três dicotomias: *seguro-inseguro*, *dentro-fora* e *político-não político*.¹⁰⁰

A partir da teoria da *modernização reflexiva* Beck procura delinear que, é plausível presumir, em primeiro lugar, que mesmo no futuro ainda será possível dirigir contramodernizações, em segundo lugar, que a continuação da autodestruição vai aprofundar as linhas de batalha entre o seguro e o inseguro, e, por último, que o “conflito das duas modernidades” ainda tem de mostrar, política e *subpoliticamente*, sua explosividade.¹⁰¹

Beck compreende que considerando as guerras nacionalistas e o crescimento das migrações de refugiados, dificilmente se faz necessária uma teoria da *modernização reflexiva* para arriscar este prognóstico. Muito seguramente, talvez esta teoria fosse necessária para explicar o por quê desses fenômenos. Assim, onde quer que as

99 Idem, p. 57.

100 Ibidem.

101 Ibidem.

Instituições se desintegram, avalanches de possibilidades despenham sobre aqueles que devem realizar a ação.¹⁰²

Se as Instituições alternativas, que possibilitam e liberam a ação, não estão disponíveis, inicia a fuga para a simulação das antigas certezas. Estas devem ser ressuscitadas, por assim dizer, reafirmadas mesmo quando parecem estar a desaparecer. Pode-se dizer algo intrinsecamente semelhante com respeito às outras duas polarizações.

O crescimento de controvérsias relativas às ameaças fabricadas faz com que o antagonismo *seguro* versus *inseguro* se aprofundem. Isso significa que qualquer pessoa que, de um lado, resguarda a segurança de outro se encontra nas listas dos ameaçados. Foi a partir daí que observámos que Luhmann concluiu que esta oposição não pode ser tratada institucionalmente nem levada a padrões frontais claros.

Para Luhmann, o resultado é uma flutuação potencial do conflito, que não pode ser nem limitado nem agudizado para se transformar em disputas políticas. Neste caso, sempre permanece pouco claro que a segurança e as próprias instituições de seguros contenham e mantenham padrões segundo os quais elas podem ser acusadas de insegurança sem a cobertura de seguros.¹⁰³

É precisamente isso que abre caminho para a *subpolitização* e desencadeia impulsos opostos para “continuar na mesma” e para a *não-política*. “A oposição entre a velha e a nova modernidade é um choque que abarca e eletrifica todos os campos de ação na sociedade moderna”¹⁰⁴. Nota-se que juntamente com a *subpolitização* aparece

102 Idem, p. 58. Este propósito é satisfeito por “disfarces” (num sentido absolutamente literal) que combinam duas coisas: atribuição (o antídoto mais forte para a desincorporação) e, de uma forma bastante paradoxal – construtibilidade. O vazio não pode ser preenchido de nenhuma outra maneira.

103 Idem, p. 59.

104 Ibidem.

uma paralisia geral, ou seja, os modernizadores, assim como seus críticos, permanecem no mesmo lugar ou são absorvidos por um conjunto de opiniões e interesses divergentes.

Na verdade, este declínio do processo de implementação da industrialização, anteriormente tão bem “lubrificado” pelo consenso, desacelera o processo e é o antecessor de uma autolimitação anárquica e autocontrole da industrialização, como comumente, não questionada previamente.¹⁰⁵

A confusão geral e a oposição existente dentro e fora das Instituições necessitam e favorecem a formação de redes de apoio que ultrapassem os limites dos sistemas e das Instituições, os quais devem ser pessoalmente conectados e preservados. De certa maneira, portanto, a desintegração das Instituições dá lugar a uma refeudalização dos relacionamentos sociais.¹⁰⁶

Neste contexto, evidencia-se a abertura para um *neomaquiavelismo* em todos os sectores da ação social. A ordem deve ser criada, forjada e formada. Ora, “Apenas as redes, que devem ser conectadas em conjunto e preservadas, e que possuem a sua própria “moeda-corrente”, permitem a formação do poder ou do poder de oposição”¹⁰⁷.

POLÍTICA DE VIDA-E-MORTE - RESTAURO DA POLÍTICA

Os antagonismos do mundo político, tais como o liberalismo, o socialismo, o nacionalismo ou o conservadorismo, que comandam os dirigentes, partidos, parlamentos e as instituições de educação política, são os produtos do industrialismo emergente. Ao observarmos essas teorias políticas referem-se exatamente aos

105 Ibidem.

106 Ibidem.

107 BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *A modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 59.

problemas de adaptação da natureza e destruição ambiental com toda a “sensibilidade de um cego falando sobre cores, e o mesmo se aplica às questões do feminismo, à crítica aos especialistas e à tecnologia e às versões alternativas da ciência”.¹⁰⁸

O conceito de política na *modernidade simples* é baseado num sistema de eixos, em que uma coordenada passa precisamente entre os polos da *esquerda* e da *direita* e a outra, entre os polos público e privado. Beck sustenta que, tornar-se político significa deixar a esfera privada e caminhar em direção à esfera pública, ou, ao contrário, consentir que as exigências dos partidos, da política partidária ou do governo “prolifere em todos os nichos da vida privada. Se o cidadão não vai para a política, a política vem para o cidadão”¹⁰⁹.

Giddens apelida este modelo de “política emancipatória” e delimita-a em contraposição à “política da vida”. Para ele, “A política da vida diz respeito às questões políticas que fluem dos processos de autorrealização nos contextos pós-tradicionais, onde as tendências de globalização penetram profundamente no projeto reflexivo do eu [self], e, inversamente, onde os processos de autorrealização influenciam as estratégias globais”¹¹⁰.

Todas as coisas consideradas perda, perigo, desperdício e decadência na estrutura esquerda-direita da política burguesa, coisas como a preocupação com o eu e às perguntas: quem sou eu? o que eu quero? para onde estou indo? Em suma, todos os pecados originais do individualismo conduzem a um tipo diferente de identidade do político: a política de vida-e-morte.¹¹¹

108 Idem, pp. 59-60.

109 Idem, p. 60.

110 GIDDENS, Anthony apud BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Op. Cit.*, 1997, p. 60.

111 BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Op. Cit.*, 1997, pp. 60-61. A vida privada torna-se, em essência, o brinquedo de resultados e teorias científicas, ou de controvérsias e conflitos públicos. As questões de um longínquo mundo de fórmulas químicas explodem com uma seriedade mortal nos recônditos mais internos da conduta da vida pessoal como as questões do eu, da identidade e da existência, e não podem ser ignoradas. Desta forma, utilizando mais uma vez a

Para Beck esta é a experiência do “destino da natureza” fortalecido pela civilização, na qual a cultura do ego reflexivo experimenta e sofre a inquietação de sua construtividade técnica e de sua sociedade global. “Agora, o microcosmo da conduta da vida pessoal está inter-relacionado com o macrocosmo dos problemas globais, terrivelmente insolúveis”¹¹².

Novos reptos são, atualmente, colocados às diversas esferas da vida social, assim, esta nova simbiose da filosofia e da vida quotidiana aparece notavelmente nas questões sobre as quais as pessoas são forçadas a decidir, envolvendo a medicina avançada e a engenharia genética.¹¹³

Os triunfos da medicina reprodutiva e da engenharia genética logo colocarão os pais e os médicos numa posição de optar pelas qualidades da geração futura, de uma forma negativa ou, fortuitamente, talvez também positiva. Já é possível reconhecer algumas “doenças congénitas”, como são chamadas, em um estágio inicial, e, em combinação com o aborto, evitar o nascimento de uma criança com estas prováveis características.

Beck constata que é previsível que a preferência do sexo das crianças também possa ser “controlada” dessa maneira, a menos que haja proibições explícitas, difíceis de monitorar, que também se adotam, especialmente, a um determinado grupo cultural.

imagem das bonecas russas, na sociedade de risco global, a privacidade - como a menor unidade concebível do político - contém dentro de si a sociedade mundial. O político se aninha no centro da vida privada e nos atormenta.

112 Ibidem.

113 Idem, pp. 61-62. As questões filosóficas do existencialismo, por exemplo, tornam-se parte da vida quotidiana; são quase questões candentes. A preocupação de Soren Kierkegaard com a ansiedade como o outro lado da liberdade, por exemplo, ou as questões de quem define e decide sobre a vida e a morte, e de que maneira, levam todos forçosamente à angústia de ter de tomar uma decisão e se tornam grandes questões que a todos atingem.

E, entretanto, tudo isso é apenas o início de uma longa série de revoluções científicas.¹¹⁴

O “ramo executivo” da revolução genética, cultural e social do futuro é a decisão individual do “indivíduo particular”. Dito de outro modo, o paciente vai converter-se num revolucionário em causa própria. Assim, a revolução da engenharia genética é extraparlamentar. De igual modo, a fórmula “o privado é o político” adquire um sentido biotécnico, que pode velozmente se transformar no seu significado principal.¹¹⁵

Como anteriormente já refirmamos, a história da humanidade, seu perigo e sua tragédia, está apenas se estabelecendo, ao contrário do “*fim da história*”¹¹⁶, pois a tecnologia, em sua intensificada aplicação no reino genético, está transfigurando o local de nascimento de guerras religiosas que, ao contrário de suas antecessoras do final da Idade Média, não podem mais ser neutralizadas pelo Estado.

A VOCAÇÃO COMO AÇÃO POLÍTICA - NOVAS IDENTIDADES

Uma das questões fundamentais será em que extensão esses antagonismos vão causar impacto nos guardiães da racionalidade, os especialistas. As vocações e as profissões, compreendidas como

114 Idem, p. 62. A qualidade do político que está emergindo aqui é capaz de mudar a sociedade num sentido existencial. Se os desenvolvimentos da biologia e da genética continuam sendo implementados apenas como demanda do mercado, da constituição, da liberdade de pesquisa e da crença no progresso médico, então o efeito cumulativo será, e não por decisão parlamentar ou governamental, uma profunda mudança “genética” da sociedade, no sentido mais verdadeiro da palavra. Ao contrário, isto vai ocorrer na esfera privada não política da decisão de milhares de indivíduos, pais e mães, com o aconselhamento de médicos e dessas criaturas burocráticas dos tubos de ensaio, “conselheiros genéticos”. As utopias do progresso eugênico dos séculos anteriores provavelmente não serão impostas de cima, com crueldade e brutalidade organizadas, como ocorreu com a insanidade racial Nacional Socialista (embora isso não possa ser normatizado).

115 Idem, pp. 62-63.

116 FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Lisboa: Gradiva, 1992.

“marcas consagradas” no mercado de trabalho, como mercadoria de competência reconhecida são as guardiãs de uma certa forma de *subpolítica* normalizada.

O nascimento de novas identidades políticas na esfera pública, bem lembra-nos Jurgen Habermas, poder ser compreendido como uma esfera de pessoas privadas (por meio da “individualização” como Beck examina) que se associam enquanto entes públicos, adiante, reivindicam que essa esfera pública seja regulamentada como se estivesse em categoria superior das próprias autoridades públicas, com o objetivo de inseri-los num debate a respeito das regras gerais que norteiam as relações da esfera da troca de bens e de trabalho socialmente privatizada, todavia publicamente relevante.¹¹⁷

Por essa razão, como o próprio Beck identifica, a identidade pessoal-social está associada nesses “padrões de força de trabalho” com o direito e o dever de dispor da essência do trabalho. Os grupos vocacionais detêm a inteligência produtiva e o poder para conceder as coisas na sociedade.¹¹⁸ Num primeiro plano, “a forma profissional proporciona proteção contra as injustiças do mercado de trabalho, protegendo as oportunidades de ação estratégica, mesmo com respeito às indústrias, compradoras de mão-de-obra”¹¹⁹.

Existe um segundo fator relacionado a isso, ou seja, as vocações e as profissões são (eventualmente) focos da política de oposição burguesa. Além das lutas pela segurança social e legal, a permissão e o direito de se reunir é um centro de irredutibilidade para a individualidade autoconfiante.¹²⁰

117 HABERMAS, Jurgen. *The structural transformation of the public sphere*. Massachusetts: The MIT Press, Cambridge, 1991, p. 27.

118 BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Op. Cit.*, 1997, p. 63.

119 Ibidem.

120 Ibidem.

Num terceiro plano, as profissões são *de facto* agentes de uma sociedade global de especialistas, e esta supranacionalidade concretamente existente as predestina a serem agentes de soluções globais.¹²¹ Por último lugar, “a *subpolitização* (reflexiva) dos especialistas ocorre precisamente até o ponto em que as racionalidades e oportunidades alternativas para a ação são produzidas e contrastadas dentro dos campos profissional e especializado”¹²².

A ascensão da *subpolítica* como novo espaço de ação da política evidencia a desmonopolização e procedimento de decisão e orienta à revisão dos modelos institucionais e políticas adotadas durante toda “primeira modernidade”. A incorporação de novos atores na esfera política representa diametralmente o avanço dos agentes externos (o indivíduo reflexivo, as organizações não governamentais, as agências defensoras das crises ambientais globais, as agências contra o terrorismo global, etc.), todavia, constata-se a estagnação do meio de resolução dos fenómenos vigentes.

A política da época industrial, entende-se “primeira modernidade” no pensamento de Beck, converteu-se em *não política*, ao passo que o que não era político no industrialismo tornou-se político. Trata-se de uma variação nas categorias do político, como bem afirma Beck, com instituições *constantes* e elites de poder intactas e não renovadas.¹²³ Com isso, a perspectiva beckiana contribuiu para implementação de uma maior democratização da esfera pública proporcionando total participação da sociedade civil com o objetivo de construir-se uma nova cultura política.

121 Ibidem.

122 Ibidem.

123 BECK, Ulrich. *La invención de lo político. Para una teoría de la modernización reflexiva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1998b, 136.

NOTAS CONCLUSIVAS

A política moderna distanciou-se do seu real propósito por conta da inserção de novos atores que, a partida, não figuravam no seu objeto de análise. A atual esfera pública conduz o cidadão à reivindicação dos seus propósitos uma vez que abnega a assumir responsabilidades que a si não recaem. Atualmente, com os ensinamentos da crise global, os cidadãos, mesmo os menos interessados, compreendem bem a pertinência crucial da política, dos partidos e dos sindicatos. Portanto, o crescente descrédito da política e dos políticos intensificou-se. Deste modo, a representatividade passou para um segundo plano.

Cresceu o que chamo de Solidariedade Imaginária. Os males de uma sociedade refletem também na outra, tudo devido a globalização da informação. Vive-se a Era do contágio. O problema de uma sociedade vizinha é entendido como nosso uma vez que, por intermédio dos meios de comunicação, sentimo-nos parte desse infortúnio. Torna-se evidente que os perigos globais criam afinidades globais, formando uma opinião pública crítica e preocupada com o seu tempo.

Por esta razão, quando assistimos a uma manifestação contra um governo pela subida dos preços dos produtos ou o aumento das taxas, recai sobre qualquer um, fazendo parte ou não deste Estado, o desejo, por Solidariedade, de opor-se à decisão governamental. É, no fundo, a política fora das instituições tradicionais, é a *subpolítica*, pois o agente é o cidadão comum que, de modo ativo, sai à rua ou através dos meios de informação postulando o seu direito a ter direitos, como bem concluiu Hannah Arendt.

A política moderna enfrenta desafios de larga escala. A visão futura dos riscos globais não se deve unicamente circunscrever ao ponto de vista dos Estados sobretudo do mundo ocidental.

Conquanto, os reptos que os riscos ligados à crise ecológica, às finanças, à política e à violência representam o culminar de uma Era que venceu, contudo encontrou o seu término. Por isso, a reinvenção do político necessita de ser ampliada a fim de incorporar tudo o que se encontra fora da sua esfera de análise.

É justamente no espaço da *subpolítica* que se observa uma ação política mais efetiva. Aparecem novas condições de alterações institucionais e individuais, sendo estas resultado de uma nova forma política e, ao mesmo tempo, constitui-se num espaço de ação no qual interrogações globais são articuladas com dilemas locais com a finalidade de rever práticas e princípios do Estado, do mercado e da própria sociedade civil.

Data de Submissão: 12/05/2016

Data de Aprovação: 24/02/2017

double blind peer review

Editor Geral: Ernesto Pimentel

Editor de Área: Jailton Macena de Araújo

Diagramação: Emmanuel Luna

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *O que é a política*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

BECK, Ulrich. *La invención de lo político. Para una teoría de la modernización reflexiva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1998b.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós, 1998.

BECK, Ulrich. *Libertad o capitalismo. Conversaciones con Johannes Willms*. Buenos Aires: Paidós, 2000.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. *Individualization*. London: SAGE Publications, 2002.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. *The Normal Chaos of Love*. United Kingdom: Polity Press, 2004

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *A modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997.

BOBBIO, Norberto. *Direito e esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1995.

BOTTOMORE, Tom. *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BOUDON, Raymond et al. *Dicionário de sociologia*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

BRIERLY, James Leslie. *Direito Internacional*. 2ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1968.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Lisboa: Gradiva, 1992.

GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

GUIVANT, Julia S. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. **Estudos sociedade e agricultura** [Em linha]. N° 16 (2001), pp. 95-112. [Consult. 10 Maio 2013]. Disponível em: <URL: <http://www.civil.ist.utl.pt/~joana/DFA-riscos-net/sociedade%20risco.pdf>>.

HABERMAS, Jurgen. *The structural transformation of the public sphere*. Massachusetts: Cambridge, The MIT Press, 1991.

HANNAH, Arendt. *Verdade e política*. The New Yorker, 1967.

LAPUENTE, Víctor. *El retorno de los chamanes. Los charlatanes que amenazan el bien común y los profesionales que pueden salvarnos*. Barcelona: Ediciones Península, 2015.

OAKESHOTT, Michael Joseph. *Ser conservador*. Lisboa: Editora: Gabinete de Estudos Gonçalo Begonha, 2012.

SARTORI, Giovanni. *Homo Videns. La sociedad teledirigida*. Buenos Aires: Taurus, 1998.

SCHMITT, Carl. *Teología Política*. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

Emergency and transformation of the political sphere - The nature of the Subpolitics of politics

José Vilema

Abstrat: The discussion of politics in a period changing leads us to the analysis of the industrial model of social structure that was in force until the twentieth century and now imposes challenges to cultural, socio-economic and especially political reflexes. This article analyzes the political sphere space and the incorporation of sub-politics as a new element of politics.

Key-words: Politics; *Subpolitics*; Individualization and Ulrich Beck.